

MESTRADO

CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

CUMPRIMENTO FISCAL: FATORES QUE INFLUENCIAM O PEDIDO DE FATURA COM NIF

JOÃO MINAS PINHEIRO

ORIENTAÇÃO:

**DOUTOR ANTÓNIO CARLOS DE OLIVEIRA
SAMAGAIO**

MESTRE TIAGO RODRIGO ANDRADE DIOGO

OUTUBRO 2017

Resumo

Tendo em conta que a fraude no IVA é generalizada e envolve importantes perdas de receita, existe uma crescente preocupação dos países em incentivar os contribuintes a pedir faturas. Este trabalho tem como objetivo averiguar quais os fatores determinantes do pedido de fatura com número de identificação fiscal (NIF) pelos contribuintes individuais.

De forma a abordar esta questão foi elaborado e aplicado um questionário a contribuintes singulares sujeitos e não isentos de IRS. O questionário aborda várias questões como evasão e fraude fiscal, cumprimento fiscal, o e-fatura e os fatores determinantes no pedido de fatura com número de identificação fiscal (NIF), sendo a amostra constituída por 240 observações.

Assistiu-se a uma diferença de médias estatisticamente significativa na componente do comodismo e no índice de influência positiva. Os dados mostram uma diminuição da concordância com a componente do comodismo no pedido de fatura à medida que os contribuintes envelhecem, bem como uma maior concordância com os fatores positivos que influenciam o pedido de fatura nos indivíduos com menos habilitações académicas.

Com o intuito de se obter uma imagem representativa dos fatores subjacentes ao pedido de fatura em Portugal, seria interessante aplicar o questionário a uma amostra maior, podendo obter-se resultados mais consistentes.

Classificação JEL: H20; H26.

Palavras-chave: Fatura com NIF; Fraude Fiscal; Evasão Fiscal; IVA; Contribuinte

Abstract

Given that VAT fraud is widespread and involves substantial revenue losses, there is a growing concern in countries all around the world to encourage taxpayers to require invoices. The purpose of this paper is to assess the determining factors that influence the taxpayer's request for an invoice with a tax identification number (TIN).

In order to address this issue, a questionnaire was prepared and applied to individual taxpayers subject to and not exempt from PIT. The questionnaire addresses several issues such as tax evasion and fraud, tax compliance, e-invoice and the determining factors in the request of an invoice with TIN, with the sample consisting of 240 observations.

I observed a statistically significant difference of means on the positive factors index and on the comfort component. The data show a decrease in agreement with the comfort component in the invoice request as taxpayers age, as well as a greater concordance with the positive factors influencing the invoice request in individuals with less academic qualifications.

In order to obtain a representative image of the factors underlying the invoice application in Portugal, it would be interesting to apply the questionnaire to a larger sample, which may lead to more consistent results.

JEL classification: H20; H26.

Keywords: Receipt request; Tax fraud; Tax evasion; VAT; Taxpayer

Agradecimentos

Gostaria de agradecer aos Professores António Samagaio e Tiago Diogo, pela valiosa ajuda e orientação que recebi ao longo da preparação deste estudo. Agradeço, também, ao Professor Rui Brites pela sua ajuda, de valor incalculável, na componente estatística.

Não posso deixar de expressar minha gratidão à minha família, especialmente aos meus pais e à minha irmã. Além disso, quero mencionar todos os amigos e colegas que, direta ou indiretamente contribuíram para tornar este estudo realidade.

Por último, uma especial nota de agradecimento à minha namorada, pela sua incansável e preciosa ajuda na última etapa desta jornada.

Abreviaturas

ACP – Análise de Componentes Principais

AT – Autoridade Tributária & Aduaneira

CTE – Consumer Tax Evasion

IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

KMO – Kaiser-Meyer-Olkin

NIF – Número de Identificação Fiscal

NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

PIB – Produto Interno Bruto

RST – Retail Sales Tax

PIT – Personal Income Tax

VAT – Value Added Tax

TIN – Tax Identification Number

Lista de Tabelas

Tabela I - Atividades da economia paralela	6
Tabela II - Caracterização sociodemográfica da amostra	20
Tabela III - Fatores determinantes no pedido de fatura.....	25
Tabela IV - Análise de Componentes Principais com rotação varimax	27
Tabela V - ANOVA	29
Tabela VI - Análise descritiva dos <i>clusters</i>	30
Tabela VII - Médias do nível de concordância	30

Lista de Figuras

Figura 1 – Evolução do <i>gap</i> do IVA em Portugal	11
Figura 2 - Caracterização social das componentes.....	28
Figura 3 - Médias do nível de concordância	31
Figura 4 - Caracterização social dos <i>clusters</i>	32
Figura 5 - Caracterização social dos <i>clusters</i>	32

Lista de Anexos

Anexo 1 - Questionário	40
Anexo 3 - Caixa de bigodes	48
Anexo 4 - Primeira Análise de Componentes Principais com rotação varimax.....	48
Anexo 5 - Segunda Análise de Componentes Principais com rotação varimax.....	49
Anexo 6 - Projeção dos coeficientes de fusão dos clusters	50
Anexo 7 - Projeção da diferença dos coeficientes de fusão dos clusters.....	50

Índice

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	ENQUADRAMENTO	1
1.2	OBJETIVOS.....	3
1.3	ESTRUTURA DA TESE	4
2	REVISÃO DA LITERATURA	5
2.1	ECONOMIA PARALELA	5
2.1.1	<i>Definição de economia paralela</i>	<i>5</i>
2.1.2	<i>Causas.....</i>	<i>6</i>
2.1.3	<i>Efeitos negativos.....</i>	<i>8</i>
2.1.4	<i>Efeitos positivos</i>	<i>9</i>
2.1.5	<i>Dimensão.....</i>	<i>10</i>
2.2	GESTÃO, FRAUDE E EVASÃO FISCAL	11
2.3	DISSUAÇÃO	13
2.4	INCENTIVOS AO PEDIDO DE FATURA	14
3	DADOS E METODOLOGIA.....	18
3.1	METODOLOGIA.....	18
3.2	AMOSTRA E RECOLHA DE DADOS	18
3.3	DADOS	20
3.3.1	<i>Variáveis Sociodemográficas</i>	<i>20</i>
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	23
4.1	ANÁLISE DESCRITIVA	23
4.2	ANÁLISE MULTIVARIADA	26
5	CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E TÓPICOS DE INVESTIGAÇÃO FUTURA.....	33
5.1	CONCLUSÕES	33
5.2	LIMITAÇÕES DO ESTUDO	34
5.3	TÓPICOS DE INVESTIGAÇÃO FUTURA.....	35
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
7	ANEXOS	40

1 Introdução

1.1 Enquadramento

Nenhum governo deve estabelecer um sistema fiscal e, de seguida, confiar no sentido do cumprimento fiscal dos contribuintes, no que diz respeito a estes pagarem o que é devido (Slemrod, 2007). Constata-se que, a uma escala global, a maioria das pessoas não gosta de pagar impostos (Lamberton *et al.*, 2014). A resistência ao pagamento, que se verifica desde a implementação dos mesmos, despertou o interesse de vários investigadores que procuraram, ao longo do tempo, averiguar as causas, as consequências, a dimensão e os mecanismos de dissuasão para o incumprimento fiscal. Uma das consequências notórias do incumprimento fiscal, além da perda de receita fiscal, é o fenómeno da economia paralela. A economia paralela é um fenómeno transversal a todos os países, fruto de comportamentos marginais e desviantes por parte dos contribuintes, sejam eles individuais ou coletivos. Esta apresenta características que podem variar consoante o país, podendo ser realizadas algumas comparações que são úteis para os investigadores e políticos, que lidarão, mais cedo ou mais tarde, com este fenómeno (Schneider & Enste, 2000).

O crescente tamanho do *tax gap*¹ sublinha que o incumprimento dos cidadãos não é um assunto trivial. A investigação no campo do cumprimento fiscal, nomeadamente no que diz respeito às circunstâncias e características que afetam a decisão dos contribuintes agirem em conformidade com a legislação fiscal, permite aos governos e autoridades tributárias uma maior confiança no desenvolvimento de medidas e leis fiscais que se adaptam à população-

¹ A diferença entre o imposto que os contribuintes devem pagar e o que eles realmente pagam. (Gemmell & Hasseldine, 2012)

alvo e que, portanto, tendencialmente serão mais eficazes a reduzir (ou, pelo menos, manter) o tamanho do *tax gap* (Richardson & Sawyer, 2001).

O imposto, um dos principais tributos que contribui para as receitas dos Estados, tem como principal característica corresponder a uma prestação coativa e unilateral (Pereira, 2014), pois as pessoas são legalmente obrigadas a pagá-los sem esperar algum benefício em troca, como o direito ao usufruto de bens e serviços públicos (Brockmann *et al.*, 2015). Contudo, se as administrações fiscais conhecerem os interesses dos contribuintes em relação aos gastos públicos – *taxpayer agency* – a propensão para o cumprimento fiscal aumenta (Lamberton *et al.*, 2014). Não existe, ainda, uma consciência cívica dos contribuintes em relação aos benefícios associados ao pagamento dos impostos. O desconhecimento dos benefícios inerentes ao pagamento dos impostos é generalizado: numa pesquisa, entre os americanos que alegaram nunca terem usufruído de um serviço social do governo, 53% tinham obtido, de facto, financiamento para os estudos académicos e 40% tinham beneficiado do Medicare (plano de saúde) (Mettler, 2011).

O objetivo principal dos impostos, e outro tipo de tributos, é coletar um nível de receita fiscal suficiente para financiar a despesa pública (McKerchar, 2003). Steinmo (1993) realça a importância da receita fiscal afirmando que “*Os governos precisam de dinheiro. Os governos modernos precisam de muito dinheiro.*”. Adicionalmente, os impostos estão no centro do contrato social, pois são exigidos pela sociedade e definem o que as pessoas se devem coletivamente (Brockmann *et al.*, 2015). O cumprimento das leis tributárias é, então, fundamental para o aumento da receita fiscal, pois quanto maior o incumprimento fiscal, maior será a carga fiscal suportada pelos contribuintes cumpridores (Richardson & Sawyer, 2001).

Em Portugal, nos últimos anos, várias medidas têm sido tomadas para aproximar o contribuinte da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), tentando dissuadir o comportamento dos contribuintes, com vista à promoção do cumprimento fiscal e diminuição da fraude e evasão fiscal. A reforma estrutural de faturação em Portugal, aprovada em 2012, serviu de base à entrada em produção do sistema e-fatura no dia 1 de janeiro de 2013. O funcionamento em pleno deste sistema permite à AT efetuar um controlo e acompanhamento integral da entrega do IVA nos cofres do Estado.

A dedução à coleta de 15% do IVA suportado em despesas de determinados setores, medida implementada em 2013, tem como finalidade incentivar os contribuintes a solicitar fatura com NIF. O sorteio “fatura da sorte”, medida implementada em 2014, foi outro mecanismo com o objetivo de estimular o pedido de fatura com NIF. Por último, com o intuito de facilitar o pedido de fatura com NIF, a AT lançou o cartão e-fatura, de acesso gratuito, que possui o NIF e um código de barras. Este permite aos comerciantes e prestadores de serviços a leitura ótica dos códigos de barras, obtendo automaticamente o NIF.

1.2 Objetivos

O principal objetivo desta dissertação consiste em averiguar os fatores determinantes do pedido de fatura com número de identificação fiscal (NIF) pelos contribuintes individuais residentes em Portugal. Para o efeito, foi aplicado um questionário a contribuintes singulares sujeitos e não isentos de IRS, elaborado pelo autor com base na revisão da literatura analisada.

A questão de investigação do presente trabalho pode ser interpretada como uma subdivisão do tema abordado na literatura fiscal designado por cumprimento fiscal. Apesar deste ter vindo a ser estudado por vários autores, a questão que se pretende abordar neste trabalho

ainda não foi analisada por nenhum investigador, tornando-se por isso a análise exploratória. A literatura disponível no âmbito do cumprimento fiscal averigua o impacto individual de um determinado incentivo (*e.g.* as lotarias) no pedido de fatura, não fazendo a análise do conjunto das múltiplas variáveis que o podem influenciar. O presente trabalho procura apurar, de entre um determinado conjunto de fatores, quais os que motivam os cidadãos a solicitar fatura com NIF para despesas suportadas em determinados setores de atividade e os que os levam a tomar a atitude contrária, isto é, a não pedir fatura. Uma melhor compreensão das atitudes e comportamentos dos contribuintes é crucial para a promoção da cooperação entre os contribuintes e administração fiscal (Mitu, 2016).

1.3 Estrutura da tese

Este trabalho encontra-se estruturado em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta a introdução ao trabalho desenvolvido, através da fundamentação da relevância do tema, da apresentação dos seus objetivos e das principais contribuições para o avanço do conhecimento científico. O segundo capítulo compreende a revisão da literatura sobre o tema, sendo abordados tópicos como: a economia paralela; gestão, fraude e evasão fiscal; *deterrence*; motivações para cumprir; e, por último, fatores que influenciam o pedido de fatura. No terceiro capítulo é apresentada a metodologia utilizada, prosseguindo-se à caracterização da amostra utilizada. Posteriormente, no quarto capítulo, serão analisados os resultados obtidos. Esta secção inclui uma análise descritiva dos resultados, seguindo-se uma análise fatorial e uma análise de *clusters*. Finalmente, serão apresentadas as principais conclusões, bem como as limitações deste estudo. Adicionalmente, sugerem-se linhas para investigação futura.

2 Revisão da Literatura

2.1 Economia paralela

2.1.1 Definição de economia paralela

A economia paralela é um fenómeno transversal a todos os países, fruto de comportamentos marginais e desviantes por parte dos contribuintes, sejam eles particulares, empresas ou instituições. Na literatura existem várias perspetivas de análise a este fenómeno, sendo por isso difícil encontrar um consenso quanto à definição, causas, mensuração e consequências. De entre as várias definições destacam-se, no presente trabalho, as seguintes:

- **Schneider & Enste (2000)** – a economia paralela inclui os rendimentos não retidos nas autoridades tributárias, mas gerados pela produção de bens e serviços legais, muitas vezes por meio de trabalho clandestino, envolvendo operações monetárias ou transações de troca por agentes que não estão registados ou que não pagam impostos;
- **Derek & Roberts (2002)** – as atividades económicas que deveriam ser incluídas no Produto Interno Bruto (PIB), mas que por diversas razões, não são cobertas pelas análises estatísticas e registos contabilísticos através dos quais as contas nacionais são construídas;
- **Schneider & Ph, (2010)** – a *“economia paralela uma área obscura do comércio que inclui uma atividade legal escondida deliberadamente das autoridades públicas, faz parte do quotidiano em quase todos os lugares.”*
- **Walker & Lippert (1997)** – fração da economia total que não é observada/registada devido aos esforços de algumas empresas e famílias para manter as suas atividades indetetáveis.

Segundo os vários autores, a economia paralela pode ocorrer como fruto de uma ocultação de rendimentos provenientes de uma atividade legal ou através de uma atividade ilegal. Para melhor compreensão, a seguinte tabela ilustra as diferentes formas assumidas pelo fenómeno da economia paralela.

Tabela I - Atividades da economia paralela

Tipo de atividade	Transações monetárias		Transações não monetárias	
Atividades ilegais	Comércio de bens roubados; Tráfico e produção de drogas; prostituição; jogo; contrabando; fraude		Troca de drogas, roubo de mercadorias, contrabando, etc. Produzir ou cultivar medicamentos para uso próprio. Roubo para uso próprio	
	Fraude fiscal	Evasão fiscal	Fraude fiscal	Evasão fiscal
Atividades legais	Rendimentos não declarados do trabalho por conta própria; ordenados, salários e ativos	Descontos dos trabalhadores, benefícios adicionais (carros, subsídios de refeições, ...)	Troca de serviços e bens legais	Fazer o próprio trabalho sem contratar ninguém

Fonte: (Walker & Lippert, 1997)

Podemos constatar que a economia paralela é um fenómeno muito abrangente, existindo diversas subdivisões. Culiberg & Bajde (2014) analisam uma subcategoria da economia paralela chamada fraude fiscal no consumo (*CTE - consumer tax evasion*). Esta ocorre quando os indivíduos usam deliberadamente dinheiro físico nos seus negócios para ocultar receita/rendimento e diminuir a fatura fiscal, bem como ficar isentos de obrigações fiscais. Deste modo, os consumidores que pagam bens e serviços com “dinheiro na mão”, sem documentar devidamente a despesa, participam de modo deliberado no *CTE*.

2.1.2 Causas

No que diz respeito às causas que estão na base da economia paralela, é relevante salientar a perspetiva de vários autores. Schneider & Enste (2000) afirmam que a economia paralela está

relacionada com o aumento da carga fiscal e das contribuições sociais, sendo que quanto maior for a diferença entre a remuneração bruta dos trabalhadores na economia oficial e a remuneração líquida, maior será o incentivo para evitar essa diferença. Os beneficiários que trabalham na economia paralela continuam a receber benefícios, pelo que o sistema desincentiva os indivíduos a trabalhar na economia oficial. Os autores defendem ainda que a economia paralela está relacionada com o aumento da regulamentação na economia oficial, afirmando que quanto mais regulamentada for uma economia, mais motivadas as empresas se sentirão para desenvolver as suas atividades fora da mesma. Schneider & Ph (2010) afirmam que uma das causas se deve à intenção de poupar dinheiro, dado que o trabalho na economia paralela permite diminuir a carga fiscal, assim como exonerar das obrigações requeridas pelas administrações fiscais. Schneider & Ph (2010) referem que existe uma grande facilidade de participação na economia paralela, como no caso dos pagamentos em dinheiro, que facilitam a não declaração/subdeclaração de rendimentos. Em oposição, o uso de cartões de crédito/débito ou a realização de transferências eletrónicas de dinheiro implica a existência de um rasto, dificultando o crime fiscal (OECD, 2017).

A proibição ou falta de regulamentação de determinadas atividades, obriga-as a enveredar na economia paralela (Tanzi, 2002), sendo a prostituição um exemplo clássico. Estas proibições desempenham um papel fulcral no afastamento de pessoas e recursos da economia oficial. Na avaliação do custo/benefício, os indivíduos que se envolvem neste tipo de atividades determinam que os benefícios, sob a forma de potenciais lucros elevados, excedem os custos que incluem a probabilidade de serem apanhados e punidos.

Schneider & Ph (2010) expõem ainda uma questão relevante no contexto da economia paralela, a ausência do sentimento de culpa, uma vez que a mesma é frequentemente

considerada uma ação normal pela sociedade. Os mesmos nomeiam, também, o baixo risco de detecção como fator relevante para a economia paralela, sublinhando que participar na mesma é ilegal, mas quanto menor a probabilidade de inspeção e menor a punição, maior o número de pessoas a considerar que o risco compensa.

Dell’Anno (2007) refere que os indivíduos que trabalham por conta própria têm uma grande facilidade e propensão a operar na economia paralela, podendo entrar em incumprimento fiscal através da dedução de parte do consumo privado como despesas da atividade empresarial, bem como beneficiar da maior parte dos benefícios fiscais concedidos às empresas.

2.1.3 Efeitos negativos

Um crescimento da economia paralela atrai trabalhadores da economia oficial e cria concorrência à mesma; prejudica os trabalhadores, privando-os dos seus direitos e garantias; e a decisão dos empresários trabalharem fora da legalidade existente origina um círculo vicioso, sendo que um aumento da economia paralela traduzir-se-á numa diminuição da receita do Estado e, conseqüentemente, numa diminuição dos gastos públicos (Dell’Anno, 2007). O autor defende, ainda, que as atividades ocultas fomentam a corrupção e as ligações a atividades criminosas e ilegais; a economia paralela dificulta a elaboração de políticas, uma vez que põe em causa a fiabilidade dos agregados das contas nacionais; e, por último, a economia paralela aumenta a falta de confiança nas instituições, alimentando o ressentimento entre os cidadãos.

A economia paralela tem conseqüências negativas na equidade (Tanzi, 2002). O facto de alguns cidadãos adquirirem bens e serviços que incorporem os impostos devidos, enquanto

outros indivíduos podem adquirir bens ou serviços similares a preços mais reduzidos, produzidos na economia paralela, tornam o sistema económico menos justo. Isto porque tanto os cidadãos que pagam impostos, como os que não pagam, beneficiam dos serviços públicos. O autor refere, ainda, que a economia paralela tem implicações no mercado e na concorrência. Quando as empresas que operam na economia oficial, que devem agir em conformidade com a lei, competem com as empresas que operam à margem da lei e, que não cumprem essas obrigações, inevitavelmente, enfrentam uma concorrência desleal.

Se poucos contribuintes enveredarem pelo incumprimento fiscal, os bens públicos não desaparecerão nem serão reduzidos significativamente, porém, se um número considerável de contribuintes entrar em incumprimento fiscal, a provisão de bens e serviços públicos deixa de ser garantida e, conseqüentemente, todos sofrerão (Kirchler, 2007).

2.1.4 Efeitos positivos

No que diz respeito aos efeitos positivos do fenómeno da economia paralela, podemos identificar alguns investigadores que os identificam. Schneider & Enste (2000) afirmam que pelo menos dois terços da receita proveniente da economia paralela será despendida na economia oficial, tendo, conseqüentemente, um efeito positivo. Com conclusões similares, Schneider (2003) verificou que, na Áustria, cerca de 70% dos rendimentos auferidos na economia paralela regressaram à economia oficial.

Num mundo cujos salários são mínimos e os impostos sobre o rendimento são elevados, a economia paralela pode permitir que alguns indivíduos, nomeadamente os desempregados, consigam uma atividade remunerada. Adicionalmente, permite, também, que os trabalhadores aumentem os seus rendimentos, através de um segundo trabalho, fornecendo

serviços que, de outra forma, não estariam disponíveis. Nestes termos, Kirchler (2007) reconhece as atividades exercidas na economia paralela como a ajuda ao próximo que, provavelmente, não seriam realizadas se fossem atividades oficiais, envolvendo o pagamento de impostos ou a renúncia aos benefícios da Segurança Social.

2.1.5 Dimensão

A dimensão da economia paralela varia, largamente, de país para país, podendo representar 8% do PIB em países como a Suécia ou a Áustria e chegando a ser cerca de 30% do PIB em países da Europa Central e de Leste (Schneider & Ph, 2010).

Segundo Rabinowitz (2011), a economia paralela é a segunda maior economia do mundo e, com base num estudo realizado entre 1999 e 2007 em 169 países por Schneider & Montenegro (2010), concluiu-se que a mesma representa em média 34,5% do PIB. Segundo uma publicação de Steven Levitt e Stephen Dubner's Freakonomics no seu blogue, estes afirmam que *“em 2009, a OCDE concluiu que metade dos trabalhadores do mundo (quase 1,8 biliões de pessoas) estavam empregados na economia paralela. Até 2020, a OCDE prevê que a economia paralela empregará dois terços dos trabalhadores mundiais.”*

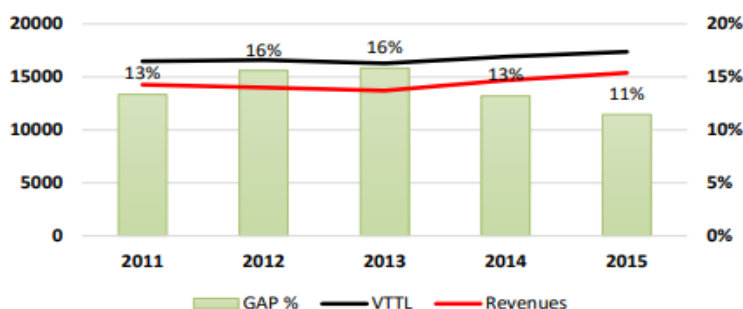
Um estudo realizado por Dell’Anno (2007), compreendido entre 1997 e 2004, sublinha que a economia paralela em Portugal representava, em 1978, 29,6 % do PIB, decrescendo este valor para 17,6 %, em 2004.

Conforme descrito em OECD (2017), o *gap* total do IVA para os 26 países da União Europeia ascendeu a cerca de 193 mil milhões de euros apenas no ano de 2011. De acordo com Murphy (2012), a estimativa da perda de receitas fiscais resultantes de fraudes fiscais na União Europeia é de cerca de 860 biliões de euros por ano. Dos países membros da União Europeia,

no ano de 2015, os menores *gaps* no IVA foram observados na Suécia (-1,42%), em Espanha (3,52%) e na Croácia (3,92%). Os maiores desvios foram registados na Roménia (37,18%), na Eslováquia (29,39%) e na Grécia (28,27%)².

Em Portugal, no ano de 2015, o *gap* do IVA apresentou um valor de 1.989 milhões de euros, cerca de 11,46%, sendo que a média da União Europeia é 13,95%. Através da figura 1, é possível visualizar a evolução do *gap* do IVA em Portugal desde 2011 até 2015. Apesar de se verificar um aumento do ano de 2011 para 2012, de 13% para 16%, é notória a diminuição gradual desde 2013 até 2015, refletindo o efeito positivo das medidas implementadas pela AT após 2013.

Figura 1 – Evolução do *gap* do IVA em Portugal



Fonte: Study and reports on the VAT Gap in the EU-28 Member States: 2017 Final Report

Por último, a fraude fiscal no consumo, uma subcategoria da economia paralela, representa 1/3 de toda a economia paralela (Schneider & Ph, 2010)³.

2.2 Gestão, fraude e evasão fiscal

No mundo real, as pessoas muitas vezes fazem o seu melhor para fugir ou evitar impostos, e a maioria dos governos luta uma batalha constante contra essas atividades (Balestrino &

² Study and reports on the VAT Gap in the EU-28 Member States: 2017 Final Report

³ Ocorre fraude fiscal no consumo (*CTE*), quando os consumidores, ao realizarem compras, pagam em dinheiro e não solicitam a emissão de um recibo, possibilitando uma eventual fuga às finanças.

Galmarini, 2003). Existem várias formas de minimizar a carga fiscal, podendo esta poupança ocorrer através da gestão, evasão ou fraude fiscal. A principal diferença entre estes conceitos passa pela legalidade das ações.

Segundo Pereira (2011), gestão fiscal consiste em minimizar os impostos a pagar (traduzindo-se em aumento do rendimento depois dos impostos) por uma via totalmente legítima e lícita (*intra legem*), querida até pelo legislador ou deixada por este como opção ao contribuinte. Quanto à evasão fiscal, tal como referiu Kirchler (2007), não é ilegal, uma vez que se tenta reduzir a carga tributária por meios legais, aproveitando as lacunas da lei e o "design criativo" das receitas e das despesas. O mesmo autor refere que, por outro lado, a fraude fiscal é ilegal, uma vez que envolve violar deliberadamente a lei, a fim de reduzir o montante dos impostos devidos.

OECD (2017) refere que existem dois tipos específicos de fraude fiscal: a subdeclaração de rendimentos através da eliminação das vendas (*sales supression*) e a sobrecontabilização de deduções através de faturação falsa. Estas técnicas são, relativamente, simples de alcançar para os incumpridores, podendo afetar vários países, sendo ainda mais facilitados pela economia partilhada. A PriceWaterhouseCoopers estima que esta gerou 15 mil milhões de dólares de receita, a nível mundial, podendo aumentar para 335 mil milhões em 2025.

A supressão de vendas pode corresponder simplesmente ao não-registo de algumas vendas em dinheiro, com a intenção de sub-reportar o montante de vendas e, desta forma, sub-reportar o imposto correspondente. O uso crescente da tecnologia tem dificultado a deteção destas situações, uma vez que há ferramentas que permitem eliminar as vendas que já teriam sido registadas, sem deixar rasto (OECD, 2017). A título de exemplo, na Eslováquia, em 2014 e 2015, o montante do IVA de risco detetado na fraude à faturação interna foi superior

a 500 milhões de euros e no México, entre 2007 e 2009, perderam-se aproximadamente 3 mil milhões de euros de receitas fiscais devido a faturas falsificadas.

2.3 Dissuasão

Os governos, em conjunto com as administrações fiscais, têm um incentivo para delinear estratégias, no âmbito fiscal, potencialmente geradoras de receita fiscal adicional, especialmente, quando o défice orçamental persiste. Existem várias variáveis que podem influenciar os contribuintes a ter uma conduta favorável à administração fiscal, tendo sido estas técnicas alvo de estudo ao longo dos anos por variados investigadores. À medida que os sistemas fiscais são ajustados, a comunidade precisa de ser educada, persuadida e encorajada a cooperar (Braithwaite, 2003).

A dissuasão pode ser alcançada através de várias abordagens, punitivas ou persuasivas (Devos, 2014). Numa vertente punitiva, a dissuasão pode assumir a forma de aumento da probabilidade de deteção, aumento da taxa de imposto ou a imposição de penalidades mais severas (Fischer *et al.*, 1992). Alternativamente, numa vertente persuasiva, esta pode assumir a forma de uma melhor educação, maior sensibilização e publicidade e incentivos ao cumprimento fiscal (Hite, 1989).

A vertente punitiva da dissuasão é uma abordagem com custos elevados para o governo (monetários) e para os contribuintes (psicológicos), pois o governo tem de despende tempo, esforço e recursos humanos na deteção dos contribuintes incumpridores, enquanto o contribuinte apenas se preocupa com as penalidades em caso de deteção de incumprimento fiscal intencional (Brockmann *et al.*, 2015).

Vários estudos empíricos indicam que uma maior a probabilidade de inspeção e punições mais severas não se traduzem, necessariamente, em aumento do cumprimento fiscal dos contribuintes e, por vezes, até prejudicam (Kirchler, 2007). A título de exemplo, Brockmann *et al.* (2015) relembram a medida tomada pela administração fiscal norte-americana, o *Internal Revenue Service* (IRS), quando, em 2007, introduziu punições adicionais aos cidadãos que no ano anterior tinham entregue declarações de impostos incompletas, pois, aparentemente, o número de receitas ilícitas haveria disparado nesse mesmo ano. Esta medida resultou num aumento de 22% das fraudes fiscais no ano seguinte.

2.4 Incentivos ao pedido de fatura

Uma estratégia comum dos empresários envolvidos nas fraudes, em sede de IVA, passa por não emitir a fatura, não registando a transação e, por sua vez, guardando o valor correspondente ao IVA (Fabbri & Wilks, 2016). Em muitos países, a fatura é a prova da existência de uma operação tributável (Hemels & Fabbri, 2013). Os autores reforçam que, uma vez emitida a fatura, torna-se difícil, se não impossível, omitir a ocorrência da venda, assim como evitar a entrega ao Estado do IVA.

Os impostos são impessoais e não dão aos contribuintes qualquer sensação de propriedade (Lamberton *et al.*, 2014). Esta dificuldade de os cidadãos compreenderem as contrapartidas associadas ao pagamento dos impostos dificulta o processo de consciencialização em relação à importância e à necessidade de solicitar fatura. Sem qualquer intervenção política específica, os clientes/contribuintes não só não recebem benefícios, como também podem enfrentar altos custos sociais e morais quando solicitam uma fatura, se a regra social for orientada para não pedir uma fatura (Hemels & Fabbri, 2013).

Andreoni *et al.* (1998) observaram que o fenómeno do (in)cumprimento fiscal é tão antigo quanto os próprios impostos. A fraude fiscal em sede de IVA é generalizada e envolve perdas de receita fiscal importantes (Webley *et al.*, 2004). Deste modo, existe uma crescente preocupação, por parte dos vários países, em incentivar os contribuintes a pedir faturas, de modo a forçar os comerciantes a declarar e entregar os impostos devidos ao Estado. Um incentivo eficaz ao pedido de fatura permite ao Estado uma grande poupança de recursos na fiscalização dos contribuintes incumpridores, pois, como referido por Hemels & Fabbri (2013), coloca os clientes, de certa forma, numa posição de inspetores não remunerados ao serviço do Estado, fomentando o cumprimento fiscal.

Para incentivar a emissão de faturas, alguns países, como a Bélgica e a Itália, tentaram obrigar os contribuintes a solicitarem uma fatura impondo sanções (Fabbri & Wilks, 2016). No entanto, de acordo com os autores, esta solução foi difícil de implementar e, em última análise, ineficaz. Andreoni *et al.* (1998) observaram que os resultados econométricos sugerem que o uso do "bastão", como medida de coerção, para impor o cumprimento fiscal pode não ter, a longo prazo, o impacto pretendido.

Tendo em conta o problema generalizado em relação à fraude fiscal em IVA, que envolve a perda de receita fiscal (Webley *et al.*, 2004) e, dado os custos elevados e a eficácia diminuta dos métodos de imposição fiscal, surge um interesse crescente dos investigadores, e de outros intervenientes do sistema fiscal, pelas medidas baseadas em recompensas, que complementam as ferramentas tradicionais de dissuasão (Feld & Frey, 2007).

As recompensas podem ser mais eficazes do que as punições para eliminar o comportamento indesejado, ou para motivar o comportamento desejado, pois são percebidas como um apoio (Torgler, 2003). As recompensas podem ser materiais ou imateriais (Brockmann *et al.*, 2015).

As recompensas materiais, mais conhecidas, consistem nas lotarias. Estas recompensas têm despertado um maior interesse entre os estados membros da União Europeia, tendo sido implementada em países como: Malta (1997), Eslovénia (2013) e Portugal (2014) (Fooken *et al.*, 2014). Apesar da “recente” implementação desta medida na Europa, na Tailândia existem lotarias fiscais desde 1951 (Hemels & Fabbri, 2013). O incentivo consiste no facto de que a fatura emitida passa a ser, potencialmente, um bilhete de lotaria, dando aos contribuintes a possibilidade de participar num sorteio com os seus pares (Fooken *et al.*, 2014). De acordo com o autor, os custos suportados pela administração fiscal, o custo de pagar os prémios e administrar a lotaria, são, por sua vez, superados pela receita adicional obtida com o aumento da base tributável e por um efeito cidadão-polícia que deteta as empresas que cometem fraude fiscal em IVA. Além do mais, a lotaria fiscal pode, também, servir para outros fins, como por exemplo servir como veículo de comunicação aos cidadãos para enfatizar a importância do pagamento dos impostos (Fooken *et al.*, 2014).

Alm *et al.* (1992) realizaram um estudo sobre as lotarias fiscais num ambiente de laboratório. Os resultados sugerem que uma lotaria aumenta, efetivamente, o cumprimento fiscal face a estratégias alternativas de recompensa (recompensas fixas *vs.* reduções das auditorias). No entanto, esta experiência torna-se pouco realista, uma vez que a probabilidade de vencer é extremamente elevada e o prémio é de valor reduzido, e, atualmente, as lotarias fiscais caracterizam-se por ter uma baixa probabilidade de vencer e um prémio de valor elevado.

As altas recompensas são materialmente atrativas, pois os indivíduos tendem a desvalorizar a baixa probabilidade de ganhar o prémio. Nestes termos, os contribuintes julgam, regra geral, a atratividade das lotarias pela dimensão do prémio e não pela probabilidade de sucesso (Perez & Humphreys, 2013).

Na Bolívia, em 1980, as pessoas foram encorajadas a exigir faturas, introduzindo uma retenção na fonte complementar de 10% em todos os rendimentos auferidos, com a possibilidade de ser compensada com o IVA pago, conforme verificado pelas faturas (Bird, 1992). No entanto, a medida não teve o sucesso esperado, pois o estímulo para pedir faturas foi fraco, dada a possibilidade de um acordo entre o contribuinte e o prestador de serviços/vendedor para não pagar o IVA, dividindo a diferença. Assim, se a recompensa não for suficientemente elevada, os clientes não serão induzidos a solicitar uma fatura (Hemels & Fabbri, 2013).

Por outro lado, as recompensas imateriais visam aumentar o sentimento de propriedade dos contribuintes, ao destinar receitas fiscais para fins específicos (Brockmann *et al.*, 2015). Segundo os autores, as contribuições para a segurança social são, talvez, o exemplo mais comum. Em Espanha, por exemplo, é possível, para os contribuintes individuais, alocar 0,7% do imposto sobre o rendimento para a Igreja Católica, organizações de caridade ou para o Estado (*European Research Network on Philanthropy, no date*).

Em Portugal existe uma medida similar, que permite aos contribuintes consignar 0,5% do IRS liquidado a favor de uma Instituição Particular de Solidariedade Social ou uma Instituição Religiosa (Art.º 152.º e 153.º do CIRS). Desde a entrada em vigor do sistema e-Fatura, em 2013, já foram comunicados à AT mais de 20 mil milhões de faturas, sendo que em 2016 o número total de faturas emitidas com o NIF de pessoa singular ascendeu a 1.100 milhões de faturas, um aumento de 13,6% face ao mesmo período de 2015 (relatório de fraude e evasão fiscal 2017). Segundo o relatório, o incremento também se verificou ao nível da receita fiscal de IVA, no entanto, em 2016 esta evolução foi negativa em virtude da redução da taxa de IVA aplicada nos setores do Alojamento e Restauração desde 01/07/2016.

3 Dados e Metodologia

3.1 Metodologia

O cumprimento fiscal, bem como o comportamento do contribuinte têm vindo a ser abordados com base em diferentes metodologias, podendo estas ser: auditorias e inspeções realizadas pela autoridade tributária, experiências laboratoriais, questionários, e dados provenientes das amnistias fiscais (Kirchler & Wahl, 2010). Kazemier & Van Eck (1992) referem que quando se pretende obter informação sobre o comportamento dos contribuintes e a fraude fiscal, os questionários são a melhor ferramenta. Na mesma linha, Kirchler & Wahl (2010) referem que os inquéritos por questionário são os métodos mais utilizados para analisar os níveis de cumprimento fiscal. Esta ferramenta de pesquisa caracteriza-se por ser um método directo (Schneider, 2005) que permite a obtenção de informação detalhada sobre as dinâmicas subjacentes ao cumprimento fiscal (Andreoni *et al.*, 1998).

No entanto, apesar das inúmeras vantagens que este instrumento possui, carece de algumas limitações. Os dados provenientes dos questionários têm frequentemente muita informação útil sociodemográfica e comportamental dos contribuintes, mas a fiabilidade dos dados sobre a evasão fiscal é altamente suspeita, pois os indivíduos podem não se lembrar das suas decisões aquando do preenchimento da sua declaração de rendimentos, não serem totalmente sinceros ou não serem representativos de todos os contribuintes (Alm, 2012).

3.2 Amostra e recolha de dados

Os dados necessários a este trabalho foram obtidos através de um inquérito por questionário, destinado a contribuintes singulares sujeitos e não isentos de IRS residentes em Portugal. O questionário foi aplicado via online, entre os meses de maio e agosto de 2017, tendo sido

partilhado pelos contactos dos orientadores e do orientando. A amostra é constituída por 240 observações, sendo que 135 são do sexo feminino e 105 do sexo masculino. Tratando-se de um tema sensível e, com o intuito de obter respostas honestas e sinceras dos contribuintes, todos os inquiridos foram informados da confidencialidade das respostas e do propósito meramente académico do questionário.

O questionário procura perceber quais são os fatores que influenciam o pedido de fatura, sendo feita uma analogia de acordo com o tipo de contribuinte, encontrando-se dividido nas seguintes secções:

- Evasão e fraude fiscal – são apresentados aos inquiridos algumas afirmações para darem a sua opinião sobre a extensão da evasão e fraude fiscal, assim como as consequências que surgem para os evasores que são apanhados a fugir aos impostos;
- Pedido de fatura com NIF – nesta secção tenta-se perceber qual a frequência com que os contribuintes solicitam fatura com NIF, bem como os respetivos setores; são apresentados vários fatores que podem influenciar o pedido de fatura com ou sem NIF, sendo as respostas dadas numa escala de concordância que varia desde 1 (discordo totalmente) até 7 (concordo totalmente);
- E-fatura – pretende-se perceber qual a proximidade do contribuinte com o e-fatura, assim como a opinião sobre esta ferramenta;
- Dados sociodemográficos – são aqui realizadas variadas perguntas de carácter sociodemográfico para apurar características relevantes, como a idade, género, educação, ocupação, entre outras.

3.3 Dados

3.3.1 Variáveis Sociodemográficas

No que respeita às características sociodemográficas da amostra, é possível visualizar uma ampla diversidade de inquiridos, analisadas detalhadamente na tabela seguinte.

Tabela II - Caracterização sociodemográfica da amostra

Item	N	%	Item	N	%
Género			Formação em Fiscalidade		
Masculino	105	43,8	Sim	92	38,3
Feminino	135	56,3	Não	148	61,7
Idade			Apuramento do IRS		
<30	67	27,9	Próprio	114	47,5
30 – 45	84	35	Cônjuge	24	10
45 – 65	82	34,2	Terceiro	102	42,5
≥ 65	7	2,9	Estado Civil		
Residência Fiscal			Casado/a	111	46,3
Norte	1	0,41	União de facto	17	7,1
Centro	6	2,50	Solteiro/a	90	37,5
Lisboa	88	36,67	Viúvo/a	3	1,3
Alentejo	142	59,17	Divorciado/a	19	7,9
Algarve	2	0,83	Nível de educação		
Açores	1	0,42	Até ao 9º ano	15	6,3
Na sua profissão principal é/era?			Ensino secundário (10ª - 12º ano)	48	20
Trabalhador por conta de outrem	183	76,3	Ensino superior (>12º ano)	177	73,8
Trabalhador por conta própria	42	17,5	Condição perante o trabalho		
Trabalhador na empresa da família	10	4,2	Trabalho pago (conta de outrem, conta própria, negócio da família)	182	75,8
Estudante	5	2,1	Estudante	16	6,7
Nível de rendimento			Desempregado à procura de emprego	9	3,8
Permite viver Confortavelmente	66	27,5	Desempregado à espera de emprego, mas não à procura de emprego	3	1,3
Dá para viver	114	47,5	Doente / incapacitado / invalido permanente	2	0,8
Difícil viver com o rendimento atual	46	19,2	Reforma	12	5
Muito difícil viver com o rendimento atual	14	5,8	Serviço cívico ou militar	2	0,8
			Doméstico/a	2	0,8
			Não trabalha	12	5

Em primeiro lugar, quanto ao género, pode-se constatar que 56,3% dos inquiridos são mulheres e 43,8% homens. A idade dos contribuintes foi agrupada em quatro grupos etários, de acordo com o estudo de Clotfelter (1983), sendo estes: idade inferior aos 29 anos; dos 30 aos 44 anos; dos 45 aos 65 anos; e, idade superior aos 66 anos. Constatou-se que aproximadamente 70% dos inquiridos tem idades entre os 30 e os 65 anos. Constata-se também que a amostra apresentou idades compreendidas entre os 19 e os 76 anos, sendo que a média de idades foi 40,5 anos.

Geograficamente, procedeu-se a uma agregação dos distritos de acordo com as NUTS II (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos). O Alentejo representa mais de metade da amostra (59,17%), seguindo-se a região de Lisboa com cerca de 36,67% de inquiridos.

Quanto às habilitações académicas dos inquiridos, pode constatar-se que a grande maioria dos inquiridos possui o ensino superior (73,8%), existindo apenas 6,3% com habilitações até ao 9º ano. Adicionalmente, a questão que procura averiguar os conhecimentos fiscais dos inquiridos, mostra que mais de metade da amostra não tem conhecimentos fiscais (61,7%). No que concerne ao apuramento do IRS, existe alguma homogeneidade entre a opção de ser o próprio a apurar o IRS ou de ser um terceiro. Ou seja, 47,5% dos inquiridos afirmam serem eles próprios a preencher a sua declaração de IRS, enquanto 42,5% dizem recorrer a outra pessoa (por exemplo um contabilista) e 10% deixam a tarefa ao encargo do cônjuge.

Quanto ao estado civil, é de destacar que quase metade da amostra (46,3%) é composta por inquiridos casados/as. Seguidamente, existe um grande número de solteiros (37,5%) e os contribuintes em união de facto, divorciados/as e viúvos/as têm menor expressão, com 7,1%, 7,9% e 1,3%, respetivamente.

No que diz respeito à condição perante o trabalho dos inquiridos, é notável que a grande maioria (75,8%) se encontra a realizar um trabalho pago (por conta de outrem, negócio por conta própria, ou negócio de família). Seguidamente, com pesos muito inferiores, existem 6,7% de estudantes, 5% de pessoas que não trabalham, 5% em situação de reforma, 3,8% de desempregados à procura de emprego, 1,3% de desempregados à espera de emprego, mas não à procura de emprego, 0,8% de doentes/incapacitados/inválidos permanentemente, 0,8% de domésticos/as e 0,8% de pessoas a desempenhar um serviço cívico ou militar.

No que concerne à profissão dos inquiridos no presente, ou no passado, predominam os indivíduos que trabalham ou trabalhavam por conta de outrem (76,3%). Seguidamente vêm os trabalhadores por conta própria (17,5%), os trabalhadores na empresa da família (4,2%) e os estudantes (2,1%).

Por último, a questão que diz respeito ao rendimento, foi estruturada em quatro categorias diferentes (de acordo com o *European Social Survey*): o rendimento atual permite viver confortavelmente, o rendimento atual dá para viver, é difícil viver com o rendimento atual e é muito difícil viver com o rendimento atual. A pergunta foi estruturada desta forma, pois torna-se muito ambíguo perguntar apenas qual o rendimento em termos monetários. O mesmo montante de rendimento de um contribuinte solteiro e sem filhos, não será igual, em termos práticos, ao de um contribuinte casado e com filhos dependentes. Além do mais, a pergunta pode ser interpretada como invasiva e de cariz muito pessoal, podendo desencadear uma resposta desonesta. Os resultados obtidos mostram que a maioria dos inquiridos afirma que dá para viver com o rendimento atual (47,5%), 25% dizem ter dificuldades em viver com rendimento atual e muito poucas pessoas vivem confortavelmente com o rendimento atual (5,8%).

4 Análise dos Resultados

4.1 Análise descritiva

O primeiro tópico analisado no questionário, revela que 85% dos inquiridos consideram a fraude e a evasão fiscal um grande problema, sendo que 14% considera ser um problema moderado. No que respeita à difusão do fenómeno, cerca de 80% dos inquiridos consideram estar moderadamente ou muito difundido.

Quanto à opinião das pessoas sobre o esforço desenvolvido pela AT no sentido da redução da evasão/fraude fiscal, não existe um grande consenso, sendo que mais de metade (53,1%) considera haver um pequeno esforço e aproximadamente 30% considera haver um grande esforço. No que respeita à probabilidade dos contribuintes que fogem com regularidade aos impostos serem apanhados, mais de metade das pessoas (52%) considera ser provável e 33% pensa ser pouco provável. Assim, pode-se afirmar que a maioria dos inquiridos não pensa existir uma grande probabilidade de deteção para quem foge aos impostos com regularidade.

A opinião dos inquiridos face à afirmação “muitas das pessoas que conheço pensam que é aceitável não pagarem IRS sobre os rendimentos recebidos em dinheiro não declarados nem tributados” mostrou-se muito dividida entre os vários níveis de concordância, não existindo consenso nas respostas. Quando à afirmação “eu penso que seja aceitável ser pago em dinheiro por um trabalho e depois não o declarar totalmente na minha declaração de IRS”, mais de metade dos inquiridos (52%) afirmaram discordar totalmente. Por último, a opinião dos inquiridos acerca da afirmação “as sanções financeiras (multas, coimas, ...) impostas pela lei e cobradas pela AT são suficientes para impedir que as pessoas “fujam” aos impostos

sobre o rendimento (IRS)” revelou baixos níveis de concordância, sendo que, aproximadamente 58% responderam entre 1 e 2 numa escala de *likert* de 1 a 7.

No que concerne à opinião das pessoas sobre a fraude e a evasão fiscal, existe um grande consenso nas respostas, concordando a maioria com a sua inaceitabilidade. Aproximadamente 56% dos inquiridos afirma ser inaceitável e 29% afirma ser muitas vezes inaceitável (dependendo das circunstâncias). Dos inquiridos que consideram ser por vezes aceitável a evasão e a fraude fiscal, a maioria afirma ser aceitável nas circunstâncias em que os impostos são injustos e não razoáveis, entre outras opções.

As razões que levam os inquiridos a não cometer regularmente fuga aos impostos sobre o rendimento (entrando em evasão fiscal), devem-se em 31,3% dos casos à ilegalidade, em 19,2% à honestidade, em 13,3% às sanções financeiras, em 11,7% por ser injusto para os outros contribuintes e em 10,4% por ser imoral, seguindo-se outros motivos com pouca relevância na amostra.

No que diz respeito aos sectores de actividade em que os contribuintes pedem fatura com NIF para beneficiar da dedução à coleta do IVA suportado em certas despesas, é evidente um grande peso no sector do alojamento, restauração e similares (87,1%), bem como das oficinas de reparação automóvel, peças e acessórios (63,7%). Nos restantes sectores os inquiridos pedem menos facturas, sendo os transportes públicos coletivos o sector com um peso mais baixo (25%).

Quanto ao número de facturas que os inquiridos pedem em média por semana, cerca de 60% afirma pedir até 7 faturas, aproximadamente 23% pede de 8 a 14 e 10% da amostra diz não pedir nenhuma fatura.

Do universo de inquiridos, aproximadamente 40% raramente acede ao e-fatura, 31,7% acede mensalmente, 14,2% semanalmente e 13,7% nunca acede. Quanto à opinião sobre o e-fatura existe uma grande concordância com o facto de ser uma ferramenta útil para os contribuintes, bem como com o facto de a introdução do e-fatura tornar mais fácil o cálculo do IRS para os contribuintes.

Para estudar a principal questão de investigação, foram estabelecidos alguns indicadores, definidos pelo autor e o orientador com base na revisão da literatura, a fim de serem posteriormente agrupados nas respectivas dimensões. Os indicadores dizem respeito a fatores que influenciam o pedido de fatura com NIF, bem como a fatores que motivam os contribuintes ao não pedido de fatura com NIF. Para melhor compreensão veja-se a tabela infra apresentada, onde são discriminados em detalhe.

Tabela III - Fatores determinantes no pedido de fatura

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Sorteio do e-fatura	224	1	7	2,09	1,78
Aumentar as deduções à coleta e assim contribuir para um possível reembolso do IRS	228	1	7	5,22	2,09
Garantir que os impostos que pagamos são entregues ao Estado	229	1	7	4,33	2,09
Poder destinar parte dos impostos a instituições sem fins lucrativos	217	1	7	3,55	1,97
É um dever de cidadania que aumenta a justiça e contribui para o combate à fraude e evasão fiscal	227	1	7	4,92	2,09
Não é justo pagar mais impostos por existirem contribuintes que não cumprem as suas obrigações fiscais	220	1	7	5,03	2,14
É um dever moral	224	1	7	4,68	2,17
Bens ou serviços faturados tinham um valor reduzido	208	1	7	4,21	2,36
Proximidade com o vendedor/prestador do serviço	218	1	7	2,95	2,13
Não saber o NIF de memória	210	1	7	2,08	1,97
Vergonha	211	1	6	1,52	1,25
Fila muito grande de pessoas atrás de mim	213	1	7	1,95	1,58

Benefício de poder pagar um valor mais baixo, sendo feito o desconto do valor do imposto	212	1	7	2,97	2,25
Achar “correto” não se declarar os impostos	205	1	7	1,55	1,30
Não ter reembolso do IRS pela AT aquando do preenchimento da declaração	205	1	7	2,60	2,15
Estar descontente com a utilização dos impostos pagos pelos contribuintes	213	1	7	2,66	2,24
Preguiça	207	1	7	2,29	1,86
Não dar trabalho ao vendedor/prestador do serviço	208	1	7	1,79	1,53
O vendedor/prestador do serviço não estar familiarizado com o sistema	202	1	7	1,74	1,43

De uma forma geral é possível destacar que as médias mais altas dizem respeito aos indicadores relacionados com as normas sociais, sendo estes: garantir que os impostos pagos são entregues ao Estado; é um dever de cidadania que aumenta a justiça e contribui para o combate à fraude e evasão fiscal; não é justo pagar mais impostos por existirem contribuintes que não cumprem as suas obrigações fiscais; e é um dever moral. Deste modo, é possível constatar-se que os contribuintes são muito influenciados por motivações intrínsecas a pedir fatura. É possível também visualizar que o indicador relacionado com a possibilidade de se deduzir as despesas referentes a determinados setores revela ter um peso significativo para os contribuintes. Dos restantes indicadores, o que mais se destaca é o valor reduzido dos bens, como fator influenciador do não pedido de fatura. O alfa de cronbach associado a este conjunto de indicadores de 0,88, significa existir uma boa consistência interna⁵.

4.2 Análise multivariada

Antes de se proceder à análise de componentes principais (ACP), realizou-se uma análise da variabilidade das variáveis, através da caixa de bigodes, a fim de identificar eventuais

⁵ Cfr. Maroco , J. e T. Garcia-Marques: Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? *Questões antigas e soluções modernas?*, disponível em: [http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/133/1/LP%204\(1\)%20-%2065-90.pdf](http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/133/1/LP%204(1)%20-%2065-90.pdf)

outliers. Através do gráfico (ver anexo 3) é possível visualizar que as variáveis “Vergonha” e “Achar correcto não se declarar os impostos” apresentam bastantes outliers severos, não devendo ser incluídos na análise.

Com o intuito de melhorar a variância explicada, retiraram-se sucessivamente as variáveis com comunalidades mais baixas até se obter o modelo final, apresentado seguidamente.

Tabela IV - Análise de Componentes Principais com rotação *varimax*

	Componente			
	1	2	3	4
É um dever de cidadania que aumenta a justiça e contribui para o combate à fraude e evasão fiscal	0,864	0,059	-0,074	0,034
É um dever moral	0,851	-0,038	-0,032	0,035
Garantir que os impostos que pagamos são entregues ao Estado	0,766	0,139	-0,107	0,196
Não é justo pagar mais impostos por existirem contribuintes que não cumprem as suas obrigações fiscais	0,712	-0,068	0,023	0,212
Poder destinar parte dos impostos a instituições sem fins lucrativos	0,605	0,250	0,053	-0,248
Aumentar as deduções à coleta e assim contribuir para um possível reembolso do IRS	0,470	-0,109	0,172	0,432
O vendedor/prestador do serviço não estar familiarizado com o sistema	0,070	0,854	0,063	0,116
Não dar trabalho ao vendedor/prestador do serviço	-0,025	0,824	0,276	-0,017
Fila muito grande de pessoas atrás de mim	0,221	0,440	0,376	0,016
Estar descontente com a utilização dos impostos pagos pelos contribuintes	0,018	0,159	0,801	-0,126
Não ter reembolso do IRS pela AT aquando do preenchimento da declaração	-0,119	0,023	0,790	0,274
Benefício de poder pagar um valor mais baixo, sendo feito o desconto do valor do imposto	-0,007	0,377	0,531	0,348
Preguiça	-0,073	0,443	0,524⁷	0,136
Bens ou serviços faturados tinham um valor reduzido	0,109	0,033	0,153	0,829
Proximidade com o vendedor/prestador do serviço	0,124	0,465	0,015	0,619
Variância explicada (%)	21,69	15,25	14,12	10,99

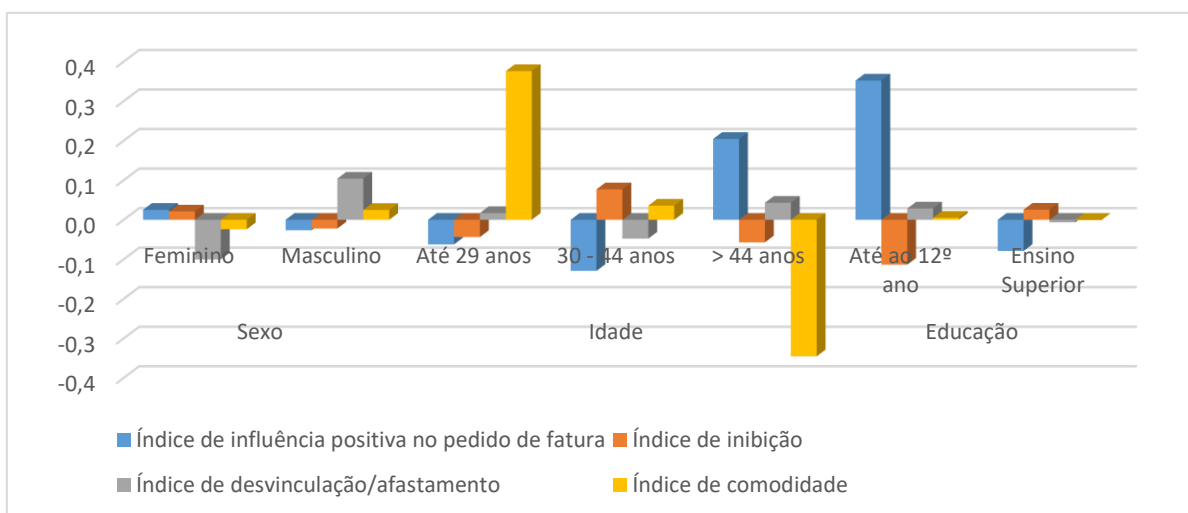
* Matriz rodada. KMO = 0,776; $p < 0,001$

⁷ Note-se que este indicador, apesar de estar mais correlacionado com a quarta dimensão, não deixa de estar também moderadamente correlacionado com a terceira, o que se justifica teoricamente, dada a sua natureza.

Foram identificadas quatro componentes que explicam 62,05% da variância total, cuja designação, com base nos indicadores mais correlacionados com as mesmas, é a seguinte: 1) Índice de influência positiva no pedido de fatura com NIF; 2) Índice de inibição; 3) Índice de desvinculação/afastamento; e 4) Índice de comodismo.

O cruzamento das quatro dimensões por sexo, idade e escolaridade, apresenta os seguintes resultados:

Figura 2 - Caracterização social das componentes



Da análise do gráfico supra, no que diz respeito ao sexo, tanto os homens como as mulheres apresentam opiniões opostas nas quatro dimensões, sendo que, no entanto, todos os valores estão próximos da média⁸.

Seguidamente, é visível uma diminuição da concordância com a componente do comodismo no pedido de fatura à medida que os contribuintes envelhecem, sendo que os indivíduos com idade superior a 44 anos concordam menos com os factores do comodismo do que os com

⁸ As diferenças não são estatisticamente significativas

idade inferior a 30 anos⁹. É notório também uma maior concordância com os factores positivos que influenciam o pedido de fatura no grupo etário dos maiores de 44 anos¹⁰, assim como nos indivíduos com menos habilitações académicas¹¹.

Por último, os indivíduos com um menor nível de escolaridade¹² concordam mais com os factores positivos que influenciam o pedido de fatura do que os indivíduos com maiores qualificações académicas.

Posteriormente procedeu-se à análise de *clusters*, recorrendo-se ao método de *ward*. A projecção dos coeficientes de fusão dos *clusters* (ver anexos 6 e 7) sugere a criação de 5 *clusters*. Com esta informação – 5 *clusters* – procedeu-se novamente à análise de *clusters* através do método não hierárquico de optimização, *K-means*, obtendo-se a seguinte informação:

Tabela V - ANOVA

ANOVA						
	Cluster		Erro		F	Sig.
	Quadrado Médio	gl	Quadrado Médio	Gl		
Índice de influência positiva no pedido de fatura	19,727	4	0,494	148	39,945	0,000
Índice de inibição no pedido de fatura	21,820	4	0,437	148	49,896	0,000
Índice de desvinculação/afastamento	23,684	4	0,387	148	61,213	0,000
Índice de comodismo no pedido de fatura	18,669	4	0,522	148	35,731	0,000

⁹ Diferença estatisticamente significativa (F (2,150) = 6,405; p<0,05)

¹⁰ As diferenças não são estatisticamente significativas

¹¹ Diferença estatisticamente significativa (t (52) = 2,538; p<0,05)

¹² Diferença estatisticamente significativa (t (52) = 2,538; p<0,05)

Com base na informação contida na tabela da ANOVA, é possível validar a solução sugerida através da projeção dos coeficientes de fusão, pois a diferença de médias das variáveis é significativa.

Foi criada uma nova variável cuja distribuição é a seguinte:

Tabela VI - Análise descritiva dos clusters

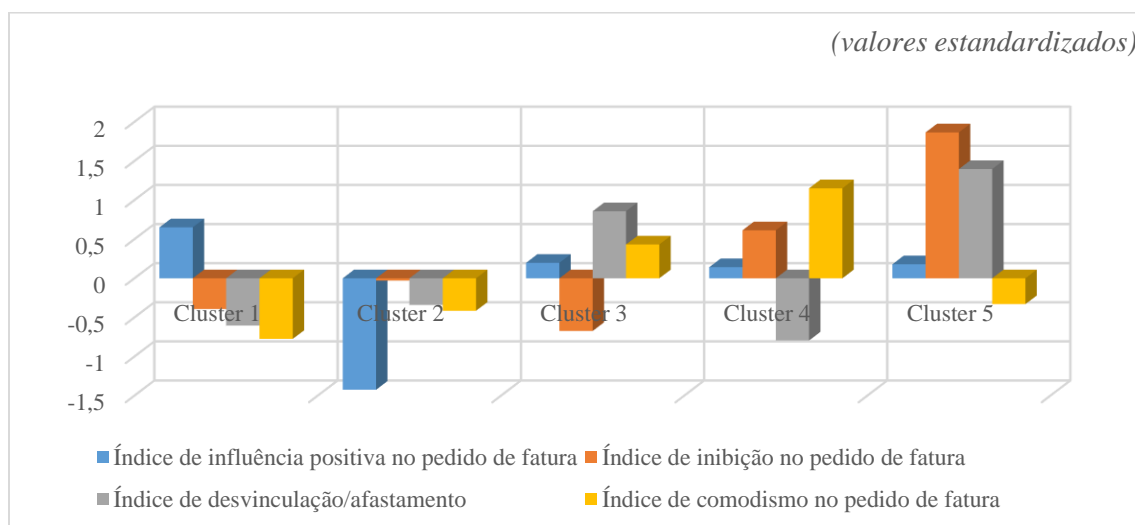
		N	%
<i>Clusters</i>	<i>Cluster 1</i>	41	26,8
	<i>Cluster 2</i>	29	19,0
	<i>Cluster 3</i>	41	26,8
	<i>Cluster 4</i>	27	17,6
	<i>Cluster 5</i>	15	9,8
	Total	153	100,0

Seguidamente, observe-se a caracterização dos *clusters* segundo as variáveis de *input*:

Tabela VII - Médias do nível de concordância

	Índice de influência positiva no pedido de fatura	Índice de inibição no pedido de fatura	Índice de desvinculação /afastamento	Índice de comodismo no pedido de fatura
	Média	Média	Média	Média
<i>Cluster 1</i>	0,651	-0,392	-0,604	-0,775
<i>Cluster 2</i>	-1,425	-0,029	-0,341	-0,415
<i>Cluster 3</i>	0,198	-0,674	0,857	0,432
<i>Cluster 4</i>	0,142	0,613	-0,795	1,151
<i>Cluster 5</i>	0,179	1,865	1,397	-0,330

Figura 3 - Médias do nível de concordância



De uma forma geral, pode-se afirmar que os cinco *clusters* são bastante diferentes, apresentando a seguinte configuração:

- **Cluster 1:** Apresenta o maior nível de concordância com o índice de influência positiva no pedido de fatura, verificando-se níveis de concordância inferiores à média nas restantes componentes;
- **Cluster 2:** Apresenta níveis de concordância inferiores à média em todas as componentes, destacando-se a acentuada concordância abaixo da média com o índice de influência positivo no pedido de fatura;
- **Cluster 3:** À excepção dos níveis de concordância abaixo da média no índice de inibição no pedido de fatura, todas as dimensões apresentam níveis de concordância acima da média;
- **Cluster 4:** À excepção dos níveis de concordância abaixo da média no índice de desvinculação/afastamento, todas as dimensões apresentam níveis de concordância

acima da média, destacando-se o maior nível de concordância com o índice de comodismo neste *cluster*;

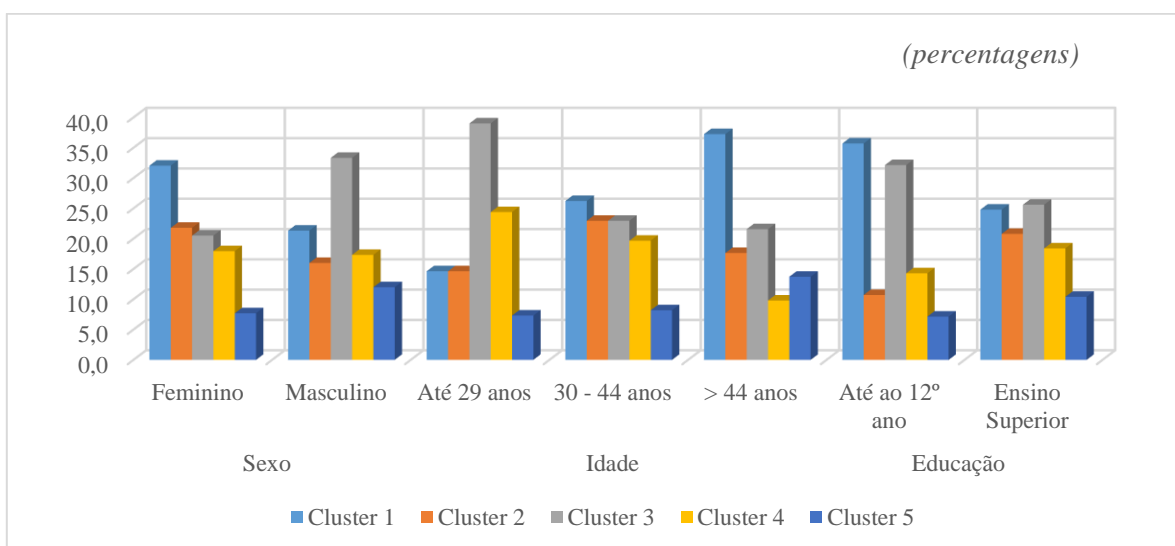
- **Cluster 5:** Todas as dimensões apresentam níveis de concordância acima da média, à exceção do índice de comodismo no pedido de fatura com valores abaixo da média; este *cluster* é que mais concorda com o índice de inibição no pedido de fatura, bem como com o índice de desvinculação.

Por último, apresenta-se de seguida, detalhadamente, a caracterização social dos *clusters*:

Figura 4 - Caracterização social dos clusters

		Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	Cluster 4	Cluster 5	Total
Sexo	Feminino	32,1	21,8	20,5	17,9	7,7	100
	Masculino	21,3	16,0	33,3	17,3	12,0	100
Idade	Até 29 anos	14,6	14,6	39,0	24,4	7,3	100
	30 - 44 anos	26,2	23,0	23,0	19,7	8,2	100
	> 44 anos	37,3	17,6	21,6	9,8	13,7	100
Educação	Até ao 12º ano	35,7	10,7	32,1	14,3	7,1	100
	Ensino Superior	24,8	20,8	25,6	18,4	10,4	100

Figura 5 - Caracterização social dos clusters



5 Conclusões, limitações e tópicos de investigação futura

5.1 Conclusões

O aumento do nível de cumprimento fiscal é hoje um importante desafio para as autoridades fiscais e para os governos em todo o mundo (Pope & Mohdali, 2010). Dada a importância e relevância associada ao tema do cumprimento fiscal, torna-se fulcral perceber as motivações subjacentes ao comportamento dos contribuintes.

A presente dissertação permite conhecer melhor os factores que influenciam o pedido de fatura com NIF, sendo um contributo para a literatura fiscal, bem como para a administração fiscal. Actualmente existe um número limitado de evidências empíricas e experimentais que investiguem detalhadamente o impacto das recompensas positivas no cumprimento fiscal (Feld *et al.*, 2006), bem como dos restantes factores que possam influenciar o pedido de fatura.

De acordo com os resultados obtidos, a maioria dos inquiridos mostrou uma forte oposição à evasão fiscal, discordando dos argumentos que favorecem a evasão e fraude fiscal. No que diz respeito aos factores que influenciam o pedido de fatura, o sorteio “Fatura da Sorte”, medida implementada em vários países, revelou ser um factor com muito pouca relevância no pedido de fatura.

Da listagem de factores que influenciam o pedido de fatura com NIF, as médias mais altas dizem respeito aos indicadores relacionados com as normas sociais, podendo constatar-se que os contribuintes são muito influenciados por motivações intrínsecas a pedir fatura.

No que concerne às variáveis socio-demográficas, assistiu-se a uma diferença de médias significativa entre faixas etárias e nível de escolaridade. Deste modo, assistiu-se a uma diminuição da concordância com a componente do comodismo no pedido de fatura à medida

que os contribuintes envelhecem, bem como uma maior concordância com os factores positivos que influenciam o pedido de fatura nos indivíduos com menos habilitações académicas.

Espera-se que o presente trabalho desperte interesse por este tema, levando a novos estudos e contribuindo para pesquisas futuras na análise dos factores que influenciam o pedido de fatura.

5.2 Limitações do estudo

Apesar dos questionários serem um método bastante usado para analisar as decisões dos contribuintes no que diz respeito ao cumprimento fiscal (Kirchler & Wahl, 2010), existem algumas limitações, podendo a fiabilidade dos resultados obtidos ser questionável (Alm & Torgler, 2011).

Jackson & Milliron (1986) sugerem que um dos principais problemas relacionados com os questionários é a obtenção de respostas honestas devido à natureza sensível desse tipo de informação. Além do mais, Fishbein & Ajzen (1980) realçam que a relação entre atitudes e comportamento não é direta, pois não é incomum que as pessoas não se comportem de acordo com "o que pregam".

Por último, outro factor crítico reside no facto da amostra utilizada no presente trabalho não ser representativa da população de contribuintes singulares sujeitos e não isentos de IRS residentes em Portugal, pelo que qualquer extrapolação para a população poderá ser considerada abusiva.

5.3 Tópicos de investigação futura

Dado que o estudo foi realizado na óptica do consumidor/cliente, seria interessante fazer a análise na óptica do vendedor/prestador do serviço. Para haver a emissão duma fatura, além de existir a necessidade de ser solicitada pelo cliente, pode haver uma maior ou menor predisposição do emissor, sendo importante perceber quais os fatores determinantes para o emissor. Outra análise interessante, seria aplicar o questionário aos comerciantes dos vários setores de atividades em que há o direito específico à dedução do IVA. O estudo na óptica do vendedor/prestador do serviço permitiria à AT compreender os fatores que atraem os comerciantes a um bom comportamento fiscal e, por sua vez, tomar medidas que aumentem o cumprimento fiscal.

6 Referências bibliográficas

Alm, J. (2012). Measuring, explaining, and controlling tax evasion: Lessons from theory, experiments, and field studies. *International Tax and Public Finance* 19(1), pp. 54–77.

Alm, J., Jackson, B. R. & McKee, M. (1992). Estimating the determinants of taxpayer compliance with experimental data. *National Tax Journal*, 45(1), pp. 107–114.

Alm, J. & Torgler, B. (2011). Do Ethics Matter? Tax Compliance and Morality. *Journal of Business Ethics*, 101(4), pp. 635–651.

Andreoni, J., Erard, B. and Feinstein, J. (1998). Tax compliance. *Journal of economic literature*, 36(2), pp. 818–860.

Ariyabuddhipongs, V. (2011). Lottery Gambling: A Review. *Journal of Gambling Studies*, 27(1), pp. 15–33.

Balestrino, A. & Galmarini, U. (2003). Imperfect tax compliance and the optimal provision of public goods. *Bulletin of Economic Research*, 55(1), pp. 37–52.

Bird, R. M. (1992). Tax reform in Latin America: a review of some recent experiences. *Latin American Research Review*, 27(1), pp. 7–36.

Blades, D. & Roberts, D. (2002). Measuring the non-observed economy. *OECD, Observer*, (5), p. 8.

Braithwaite, V. (2003). *Taxing democracy*. Aldershot: Routledge.

Brockmann, H., Genschel, P. and Seelkopf, L. (2015). Happy taxation: increasing tax compliance through positive rewards?. *Journal of Public Policy*, 36(3) pp. 1–26.

- Clotfelter, C. T. (1983). Tax evasion and tax rates: An analysis of individual returns. *The Review of Economics and Statistics*, 65(3), pp. 363–373.
- Culiberg, B. & Bajde, D. (2014). Do You Need a Receipt? Exploring Consumer Participation in Consumption Tax Evasion as an Ethical Dilemma. *Journal of Business Ethics*, 124(2), pp. 271 –282.
- Dell’Anno, R. (2007). The shadow economy in Portugal: An analysis with the MIMIC approach. *Journal of Applied Economics*, 10(2), pp. 253–277.
- Devos, K. (2014). *Factors Influencing Individual Taxpayer Compliance Behaviour*. 1st edn. Melbourne: Springer Netherlands.
- Fabbri, M. & Wilks, D. C. (2016). Tax Lotteries: the Crowding-out of Tax Morale and Long-run Welfare Effects. *Journal of Legal, Ethical and Regulatory Issues*, 19(2), pp. 1 – 19.
- Feld, L. P. & Frey, B. S. (2007). Tax compliance as the result of a psychological tax contract: The role of incentives and responsive regulation. *Law and Policy*, 29(1), pp. 102– 120.
- Feld, L. P., Frey, B. S. & Torgler, B. (2006). Rewarding honest taxpayers? Evidence on the impact of rewards from field experiments. *Center for Research in Economics, Management and the Arts (CREMA)*, Working Paper No. 2006-16.
- Fischer, C. M., Wartick, M. & Mark, M. M. (1992). Detection probability and taxpayer compliance: A review of the literature. *Journal of Accounting Literature*, 11(1), pp. 44–55.
- Fishbein, M. & Ajzen, I. (1980). *Understanding Attitudes and Predicting Social Behavior*, 1st edition. Englewood Cliffs: Prentice Hall.

- Fooken, J., Hemmelgarn, T. & Herrmann, B. (2014). Improving VAT compliance – random awards for tax compliance. *Directorate General Taxation and Customs Union, European Commission*, Working Paper No. 51-2014.
- Gemmell, N. & Hasseldine, J. (2012). The Tax Gap: A Methodological Review. *Victoria University of Wellington*, Working Paper in Public Finance No. 9
- Hemels, S. & Fabbri, M. (2013). “Do You Want a Receipt?” Combating VAT & RST Evasion with Lottery Tickets. *Intertax*, 41, pp. 430–443.
- Hite, P. A. (1989). A positive approach to taxpayer compliance. *Public Finance*, 44(2), pp. 249–267.
- Jackson, B. R. & Milliron, V. C. (1986). Tax compliance research: Findings, problems, and prospects. *Journal of accounting literature*, 5(1), pp. 125–165.
- Kazemier, B. & Van Eck, R. (1992). Survey investigations of the hidden economy: Some methodological results. *Journal of Economic Psychology*, 13(4), pp. 569–587.
- Kirchler, E. (2007). *The Economic Psychology of Tax Behaviour*. Cambridge: Cambridge University Press
- Kirchler, E. & Wahl, I. (2010). Tax compliance inventory TAX-I: Designing an inventory for surveys of tax compliance. *Journal of Economic Psychology*, 31(3), pp. 331–346.
- Lamberton, C. P., De Neve, J.-E. & Norton, M. I. (2014). Eliciting Taxpayer Preferences Increases Tax Compliance. *Harvard Business School*, Working Paper 14-106.
- McKerchar, M. (2003). *Impact of complexity upon tax compliance: a study of Australian personal taxpayers*. Sydney: Australian Tax Research Foundation.

- Mettler, S. (2011). *The submerged state: How invisible government policies undermine American democracy*. Chicago: University of Chicago Press.
- Mitu, N. E. (2016). Taxpayer Behaviour: Typologies & Influence Factors. *Revista de Stiinte Politice*, (49), pp. 77–87.
- Murphy, R. (2012). Closing the European Tax Gap A report for Group of the Progressive Alliance of Socialists & Democrats in the European Parliament. *Norfolk: Tax Research LLP*.
- OECD (2017). Technology Tools to Tackle Tax Evasion & Tax Fraud. *OECD*.
- Pereira, M. H. F. (2011). *Fiscalidade*. 4º Edição: Almedina.
- Pereira, M. H. F. (2014). *Fiscalidade*. 5º Edição: Almedina.
- Perez, L. & Humphreys, B. (2013). The “who and why” of lottery: empirical highlights from the seminal economic literature. *Journal of Economic Surveys*, 27(5), pp. 915–940.
- Pope, J. & Mohdali, R. (2010). The role of religiosity in tax morale and tax compliance. *Australian Tax Forum*, 25(4), pp. 565–596.
- Rabinowitz, M. (2011). *Rise of the Shadow Economy: Second Largest Economy in the World*. Disponível em <https://www.forbes.com/sites/benzingainsights/2011/11/07/rise-of-the-shadow-economy-second-largest-economy-in-the-world/#2ca118cd4a0e> [Acesso em: 2017/7/3]
- Richardson, M. & Sawyer, A. J. (2001). A Taxonomy of the Tax Compliance Literature: Further Findings, Problems and Prospects. *Australian Taxation Forum*, 16(2) pp. 137-320-
- Schneider, F. (2003). Zunehmende Schattenwirtschaft in Deutschland: Eine wirtschaftsund staatspolitische Herausforderung. *Vierteljahreshefte zur Wirtschaftsforschung*, 72(1), pp. 148–159.

Schneider, F. (2005). Shadow economies around the world: What do we really know?. *European Journal of Political Economy*, 21(3), pp. 598–642.

Schneider, F. & Enste, D. H. (2000). Shadow economies: size, causes and consequences. *Journal of Economic Literature*, 38(1), pp. 77–114.

Schneider, F. & Ph, D. (2010). The Shadow Economy in Europe, 2010. *A.T. Kearny*

Slemrod, J. (2007). Cheating Ourselves: The Economics of Tax Evasion. *Journal of Economic Perspectives*, 21(1), pp. 25–48.

Steinmo, S. (1993). *Taxation and democracy: Swedish, British, and American approaches to financing the modern state*. New Haven: Yale University Press.

Tanzi, V. (2002). The shadow economy, its causes and its consequences. *International Seminar on the Shadow Economy Index in Brazil*,

Torgler, B. (2003). *Tax Morale: Theory and Empirical Analysis of Tax Compliance*, University of Basel.

Walker, M. & Lippert, O. (1997). *The Underground Economy: Global Evidence of Its Size and Impact*. Vancouver: The Frazer Institute.

Webley, P., Adams, C. & Elffers, H. (2004). Value added tax compliance. *Behavioral Public Finance: Towards a new agenda*, pp. 1–36.

7 Anexos

Anexo 1 - Questionário

Questionário n.º ☐☐☐

Exmo(a) Sr(a)

Para a realização de um trabalho final do Mestrado em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais, do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, do aluno João Minas Pinheiro, sob a orientação dos professores António Samagaio e Tiago Diogo, vimos por este meio solicitar a sua colaboração no preenchimento de um questionário.

Este questionário tem como objetivo analisar os fatores determinantes do pedido de fatura com número de identificação fiscal (NIF) pelos contribuintes individuais e o seu impacto em sede de IRS, pelo que deverá ser respondido por contribuintes singulares sujeitos e não isentos de IRS.

Tratando-se de um trabalho exclusivamente para fins académicos, **a sua participação no questionário é puramente voluntária e as suas respostas inteiramente confidenciais e pessoais**. As respostas serão tratadas apenas de forma agregada, não permitindo, por conseguinte, a identificação individual do inquirido.

O questionário é anónimo pelo que garantimos a confidencialidade dos dados. Para o esclarecimento de qualquer questão ou dúvida, por favor queira entrar em contato com o investigador, via e-mail, através do endereço joao.minas.pinheiro@gmail.com ou via telemóvel, através do 969843131

Agradecemos antecipadamente e apresentamos os nossos sinceros cumprimentos.

A – Evasão e fraude fiscais

A1. Na sua opinião, a evasão/fraude fiscal é...

1	Um grande problema	•
2	Um problema moderado	•
3	Um pequeno problema	•
4	Não é, de todo, um problema	•
5	Não sabe / Não responde	•

A2. Na sua opinião, a evasão/fraude fiscal está...

1	Muito difundida	•
2	Moderadamente difundida	•
3	Não muito difundida	•
4	Nada difundida	•
5	Não sabe / Não responde	•

A3. Na sua opinião que tipo de esforço tem sido desenvolvido pela AT no sentido da redução da evasão/fraude fiscal?

1	Muito esforço	•
2	A quantidade certa de esforço	•
3	Pouco esforço	•
4	Nenhum esforço	•
5	Não sabe / Não responde	•

A4. Em que medida considera que as pessoas que “fogem” regularmente aos impostos sobre o rendimento poderão ser detetadas pelas entidades competentes?

1	Muito provável	•
---	----------------	---

2	Provável	•
3	Pouco provável	•
4	Nada provável	•
5	Não sabe / Não responde	•

A5. Indique, para cada afirmação, o seu grau de concordância.

		Não sabe/Não responde	1 = Discordo totalmente	2	3	4	5	6	7 = Concordo totalmente
1	Muitas das pessoas que conheço pensam que é aceitável não pagarem IRS sobre os rendimentos recebidos em dinheiro não declarados nem tributados.	•	•	•	•	•	•	•	•
2	Eu penso que seja aceitável ser pago em dinheiro por um trabalho e depois não o declarar totalmente na minha declaração de IRS	•	•	•	•	•	•	•	•
3	As sanções financeiras (multas, coimas, ...) impostas pela lei e cobradas pela AT são suficientes para impedir que as pessoas “fujam” aos impostos sobre o rendimento (IRS)	•	•	•	•	•	•	•	•

A6. Quais são as possíveis consequências para as pessoas que são apanhadas na fuga aos impostos sobre o rendimento, especialmente se essa fuga se tornar conhecida publicamente? (*Pode assinalar mais do que uma opção.*)

1	Pena de prisão	•
2	Estigma social	•
3	Vergonha	•
4	Impacto negativo na perspetiva de procura de emprego	•
5	Impacto negativo no historial (de obtenção) de crédito	•
6	Não há consequências	•
7	Sanções financeiras (multas, coimas, ...)	•
8	Cadastro criminal	•
9	Problemas financeiros	•
10	Impacto negativo na capacidade de iniciar um negócio	•
11	Outra(s) _____	•
12	Não sabe/ Não consegue pensar em nenhuma	•

A7. Qual das seguintes afirmações se aproxima mais da sua opinião acerca da evasão/fraude fiscal?

1	É sempre aceitável	• Passar à questão A10
2	É muitas vezes aceitável (mas depende das circunstâncias)	• Passar à questão A8
3	É muitas vezes inaceitável (mas depende das circunstâncias)	• Passar à questão A9
4	É sempre inaceitável	• Passar à questão A10
5	Nenhuma das anteriores	• Passar à questão A10
6	Não sabe	• Passar à questão A10

A8. Qual(is) as circunstância(s) em que pensa que a evasão/fraude fiscal poderá ser aceitável? (*Pode assinalar mais do que uma opção.*) (*Depois desta questão passe logo à A10*)

1	Quando uma pessoa não consegue suportar as dívidas fiscais/dificuldades financeiras	•
2	Quando uma pessoa está em desvantagem ou vulnerável (por exemplo: idosos e/ou deficientes)	•
3	Quando estão envolvidos pequenos montantes de dinheiro	•
4	Depende da ocupação de uma pessoa	•
5	Quando os impostos são injustos e não razoáveis	•
6	Quando a evasão fiscal é praticada num curto prazo ou pontualmente	•
7	Outra _____	•

A9. Qual(is) as circunstância(s) em que pensa que a evasão fiscal poderá ser inaceitável? (*Pode assinalar mais do que uma opção.*) (*Depois desta questão passe logo à A10*)

1	Quando o montante de dinheiro envolvido é grande	•
2	Depende da ocupação de uma pessoa	•
3	Quando a evasão fiscal é praticada regularmente/longo prazo	•
4	Quando uma pessoa tem capacidade para pagar/ é saudável	•
5	Depende do tipo de evasão	•
6	Outra _____	•

A10. Qual é a razão principal que o leva a não cometer regularmente fuga aos impostos sobre o rendimento (entrar em evasão fiscal)? (*Assinalar uma só opção.*)

1	Porque é ilegal	•
---	-----------------	---

2	Não há razão para que possa entrar, regularmente, em fuga aos impostos sobre o rendimento	•
3	A probabilidade de ser apanhado	•
4	Por causa das sanções financeiras (multas, coimas,...) e/ou consequências que poderia enfrentar	•
5	Porque sou honesto	•
6	Porque é injusto para os outros contribuintes	•
7	Porque é immoral	•
8	Outra _____	

B – Pedido de fatura com NIF

B1. Quais são os setores de atividade em que pede fatura com NIF para beneficiar da dedução à coleta do IVA suportado em certas despesas? (*Pode assinalar mais do que uma opção.*)

1	Alojamento, restauração e similares	•
2	Oficinas de reparação automóvel, peças e acessórios	•
3	Oficinas de reparação de motas, peças e acessórios	•
4	Cabeleireiros e institutos de beleza	•
5	Veterinários	•
6	Transportes públicos coletivos	•
6	Nenhuma das anteriores	•

B2. Quantas faturas com NIF pede, em média, por semana?

1	Nenhuma	•
2	Até 7	•
3	De 8 a 14	•
4	De 15 a 21	•
5	De 22 a 30	•
6	+ de 30	•

B3. Em que medida os fatores abaixo mencionados tiveram influência na solicitação de fatura com NIF? Selecione, por favor, uma resposta apropriada para cada item.

	NS/NR	1=Não influencia	2	3	4	5	6	7 = Influência máxima

1	Sorteio do e-fatura
2	Aumentar das deduções à coleta e assim contribuir para um possível reembolso de IRS
3	Garantir que os impostos pagos são entregues ao Estado
4	Poder destinar parte dos impostos a instituições sem fins lucrativos
5	É um dever de cidadania que aumenta a justiça e contribui para o combate à fraude e evasão fiscal
6	Não é justo pagar mais impostos por existirem contribuintes que não cumprem as suas obrigações fiscais
7	É um dever moral

B4. Em que medida os fatores abaixo mencionados tiveram influência na solicitação de fatura sem NIF? Por favor, selecione uma resposta apropriada para cada item.

		NS/NR	1=Não influencia	2	3	4	5	6	7=Influência máxima
1	Bens ou serviços tinham valor reduzido
2	Proximidade com o vendedor/prestador do serviço
3	Não saber o NIF de memória
4	Vergonha
5	Fila muito grande de pessoas atrás de mim
6	Benefício de poder pagar um valor mais baixo, sendo feito o desconto do valor do imposto
7	Achar correto não se declarar os impostos
8	Não ter reembolso do IRS aquando do preenchimento da declaração
9	Estar descontente com a utilização dos impostos pagos pelos contribuintes
10	Preguiça
11	Não dar trabalho ao vendedor/prestador do serviço
12	O vendedor/prestador do serviço não estar familiarizado com o sistema

C – “E-fatura”

C1. Com que frequência acede ao e-fatura?

1	Diária	•
2	Semanal	•
3	Mensal	•
4	Raramente	•
5	Nunca	•

C2. Indique, para cada afirmação, acerca do *site* do e-fatura, o seu grau de concordância.

		NS/NR	1 =Discordo totalmente	2	3	4	5 = Concordo totalmente
1	É uma ferramenta útil para os contribuintes	•	•	•	•	•	•
2	O portal é intuitivo e de fácil compreensão	•	•	•	•	•	•
3	É fácil esclarecer as dúvidas através do portal	•	•	•	•	•	•
4	Com a introdução do e-fatura tornou-se mais fácil o cálculo do IRS para os contribuintes	•	•	•	•	•	•

D – Dados Sociodemográficos

D1. Sexo: M • F •

D2. Idade: _____

D3. Qual o distrito da sua residência fiscal?

• Aveiro	• Coimbra	• Lisboa	• Santarém
• Beja	• Guarda	• Portalegre	• Setúbal
• Braga	• Évora	• Porto	• Viana do Castelo
• Bragança	• Faro	• R.A. dos Açores	• Vila Real
• Castelo Branco	• Leiria	• R.A. da Madeira	• Viseu

D4. Qual o nível de instrução mais elevado que concluiu?

- ☐ Ensino primário incompleto
- ☐ 4.º ano
- ☐ 6.º ano
- ☐ 9.º ano
- ☐ 12.º ano
- ☐ Bacharelato - no ramo das ciências económicas e financeiras
- ☐ Bacharelato - nos outros ramos científicos
- ☐ Licenciatura - no ramo das ciências económicas e financeiras

- ☐ Licenciatura - nos outros ramos científicos
- ☐ Pós-Graduação - no ramo das ciências económicas e financeiras
- ☐ Pós-Graduação - nos outros ramos científicos
- ☐ Mestrado - no ramo das ciências económicas e financeiras
- ☐ Mestrado - nos outros ramos científicos
- ☐ Doutoramento - no ramo das ciências económicas e financeiras
- ☐ Doutoramento - nos outros ramos científicos

D5. Já teve alguma formação em Fiscalidade, Impostos, Direito Fiscal ou outra área conexas à área fiscal?

Sim • Não •

D6. Quem trata do seu IRS?

1	O próprio	•
2	O cônjuge	•
3	Um terceiro (por exemplo contabilista)	•

D7. Qual o seu estado civil?

1	Casado/a	•
2	União de facto	•
3	Solteiro/a	•
4	Viúvo/a	•
5	Divorciado/a	•

D8. Qual a sua condição perante o trabalho?

1	A fazer trabalho pago (por conta de outrem, conta própria, no negócio da família)	•
2	A estudar mesmo se de férias (sem ser remunerado)	•
3	Desempregado à procura de emprego	•
4	Desempregado à espera de emprego, mas não à procura de emprego	•
5	Em situação de doença ou incapacidade / invalidez permanente	•
6	Na reforma	•
7	A fazer serviço cívico ou militar	•
8	A fazer trabalho doméstico, a cuidar de crianças ou de outras pessoas (sem ser pago)	•

9	Não trabalha	•
10	Outra situação. Qual?	

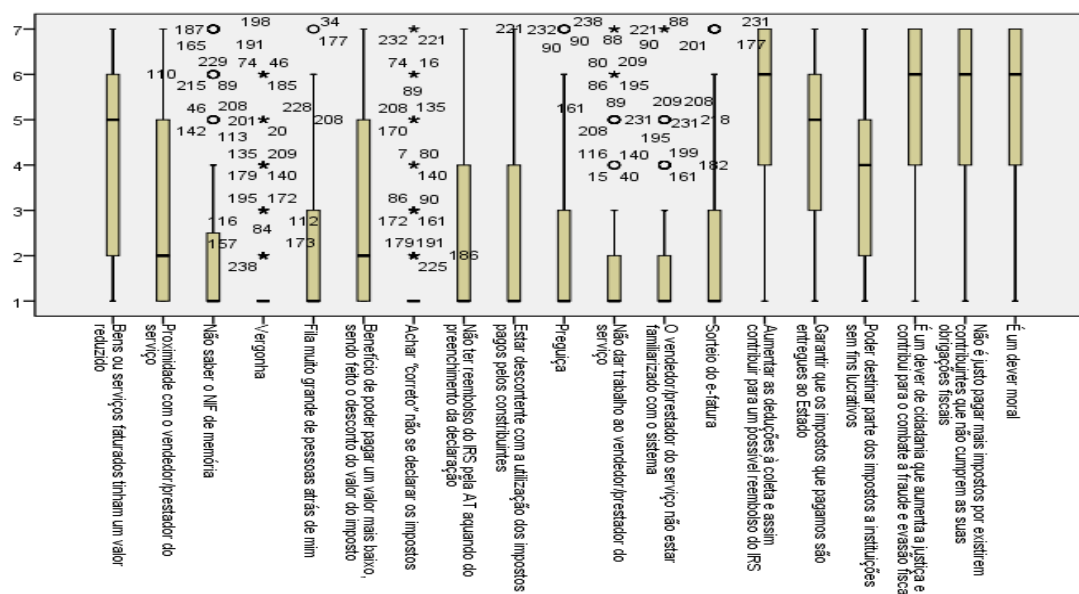
D9. Na sua profissão principal é/era?

1	Trabalhador por conta de outrem	•
2	Trabalhador por conta própria	•
3	Trabalhador no negócio ou empresa da família	•
4	Outra situação. Qual?	

D10. Qual das seguintes descrições se aproxima mais do que sente relativamente ao rendimento atual das pessoas que vivem na sua habitação?

1	O rendimento atual permite viver confortavelmente	•
2	O rendimento atual dá para viver	•
3	É difícil viver com o rendimento atual	•
4	É muito difícil viver com o rendimento atual	•

Anexo 2 - Caixa de bigodes



Anexo 3 - Primeira Análise de Componentes Principais com rotação *varimax*

	Componente			
	1	2	3	4

É um dever de cidadania que aumenta a justiça e contribui para o combate à fraude e evasão fiscal	0,859	0,094	-0,082	-0,011
É um dever moral	0,842	0,062	-0,089	0,009
Garantir que os impostos que pagamos são entregues ao Estado	0,743	0,213	-0,154	0,183
Não é justo pagar mais impostos por existirem contribuintes que não cumprem as suas obrigações fiscais	0,739	-0,102	0,075	0,158
Poder destinar parte dos impostos a instituições sem fins lucrativos	0,537	0,355	-0,036	-0,248
Aumentar as deduções à coleta e assim contribuir para um possível reembolso do IRS	0,496	-0,071	0,191	0,373
Não dar trabalho ao vendedor/prestador do serviço	-0,067	0,774	0,327	-0,040
O vendedor/prestador do serviço não estar familiarizado com o sistema	0,045	0,711	0,182	0,078
Não saber o NIF de memória	0,058	0,581	-0,077	0,188
Fila muito grande de pessoas atrás de mim	0,150	0,542	0,260	0,074
Sorteio do e-fatura	0,099	0,539	0,082	0,027
Não ter reembolso do IRS pela AT aquando do preenchimento da declaração	-0,080	0,014	0,817	0,240
Estar descontente com a utilização dos impostos pagos pelos contribuintes	-0,003	0,194	0,754	-0,122
Preguiça	-0,071	0,373	0,598	0,106
Benefício de poder pagar um valor mais baixo, sendo feito o desconto do valor do imposto	-0,033	0,418	0,503	0,363
Bens ou serviços faturados tinham um valor reduzido	0,124	0,062	0,126	0,838
Proximidade com o vendedor/prestador do serviço	0,101	0,417	0,038	0,631
Variância explicada (%)	18,58	16,22	12,74	9,55

* Matriz rodada. KMO = 0,766; p<0,001

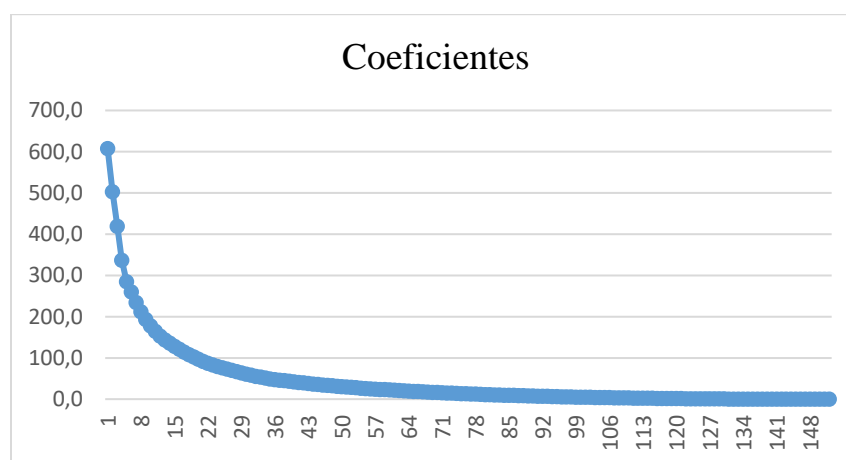
Anexo 4 - Segunda Análise de Componentes Principais com rotação *varimax*

	Componente			
	1	2	3	4
É um dever de cidadania que aumenta a justiça e contribui para o combate à fraude e evasão fiscal	0,866	0,082	-0,070	0,006
É um dever moral	0,848	0,034	-0,070	0,025
Garantir que os impostos que pagamos são entregues ao Estado	0,753	0,190	-0,134	0,191
Não é justo pagar mais impostos por existirem contribuintes que não cumprem as suas obrigações fiscais	0,736	-0,085	0,066	0,172
Poder destinar parte dos impostos a instituições sem fins lucrativos	0,572	0,320	-0,003	-0,241
Aumentar as deduções à coleta e assim contribuir para um possível reembolso do IRS	0,498	-0,101	0,201	0,399
Não dar trabalho ao vendedor/prestador do serviço	-0,050	0,783	0,321	-0,045
O vendedor/prestador do serviço não estar familiarizado com o sistema	0,052	0,755	0,157	0,072
Não saber o NIF de memória	0,099	0,594	-0,055	0,154

Fila muito grande de pessoas atrás de mim	0,176	0,518	0,292	0,054
Não ter reembolso do IRS pela AT aquando do preenchimento da declaração	-0,091	0,013	0,805	0,254
Estar descontente com a utilização dos impostos pagos pelos contribuintes	0,018	0,168	0,776	-0,123
Preguiça	-0,062	0,418	0,574	0,098
Benefício de poder pagar um valor mais baixo, sendo feito o desconto do valor do imposto	-0,020	0,396	0,520	0,356
Bens ou serviços faturados tinham um valor reduzido	0,120	0,067	0,130	0,840
Proximidade com o vendedor/prestador do serviço	0,108	0,447	0,031	0,622
Variância explicada (%)	20,24	15,82	13,48	10,17

* Matriz rodada. KMO = 0,777; $p < 0,001$

Anexo 5 - Projeção dos coeficientes de fusão dos clusters



Anexo 6 - Projeção da diferença dos coeficientes de fusão dos clusters

